

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.677 - SP (2019/0214774-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **AGROMAIA INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**
ADVOGADOS : **MATHEUS INACIO DE CARVALHO - SP248577**
 JOSE ARNALDO VIANNA CIONE FILHO - SP160976
AGRAVADO : **ADP FERTILIZANTES S.A**
ADVOGADOS : **FLÁVIA CRISTINA ALTERIO FALAVIGNA - SP242584**
 ALINE ADESTRO - SP374580
 CLEITON ARRUDA DE MORAES - SP274580

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AGROMAIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO - AÇÃO MONITÓRIA - REJEIÇÃO DOS EMBARGOS OPOSTOS PELA REQUERIDA COM DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DA AÇÃO POR DOIS ANOS - IRRESIGNAÇÃO DA EMBARGANTE - AUSÊNCIA DE PREPARO - PEDIDO DE GRATUIDADE FORMULADO NAS RAZÕES DE APELAÇÃO - DETERMINAÇÃO PARA QUE A APELANTE APRESENTASSE DOCUMENTOS HÁBEIS A COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ALEGADA OU RECOLHESSE O PREPARO SOB PENA DE DESERÇÃO - MEDIDA NÃO ATENDIDA - APELO DESERTO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.007 DO CPC/15 - RECURSO NÃO CONHECIDO" (fl. 247 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, foi alegada violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - ao fundamento de que o Tribunal de origem não sanou alegada omissão referente à aplicabilidade dos artigos 98, § 5º e 99, § 2º do CPC/2015; e

(ii) artigos 98, § 5º e 6º e 99, § 2º do CPC/2015 - ao fundamento de que foram atendidos todos os requisitos necessários para o deferimento da gratuidade de justiça.

Sustenta estar passando por momentânea impossibilidade financeira, razão pela qual encontra-se em recuperação judicial.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 287-300 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS E RESTITUIÇÃO DE VALORES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ . AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

5. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.035.430/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/5/2017, DJe 16/5/2017- grifou-se).

No que se refere à concessão da gratuidade de justiça ou o diferimento de custas para o final do processo ao ora recorrente, a Corte estadual, ao concluir serem estas indevidas, incursionou detalhadamente na apreciação do conjunto fático-probatório, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque os seguintes trechos:

"(...)

Consta dos autos que a apelante pleiteou a concessão dos

Superior Tribunal de Justiça

benefícios da gratuidade judiciária quando da interposição do recurso em testilha. Observo, no entanto, que a requerida deixou de apresentar ao processado elementos necessários ao exame do pedido.

Diante desse cenário, para realização do juízo de admissibilidade do apelo, a fls. 239, determinou-se que a embargante, no prazo de dez dias, trouxesse aos autos documentos aptos a corroborar sua situação financeira delicada ou recolhesse o preparo necessário ao recebimento do recurso.

Apesar da provocação mencionada, a apelante limitou-se a apresentar petição reforçando a ideia de que se encontra em recuperação judicial, presumindo-se sua precariedade financeira (fls. 242/244).

(...)

Nesses termos, cabia à recorrente demonstrar, de forma cabal, a impossibilidade de suportar as custas processuais. No entanto, em patente descumprimento a comando judicial, deixou de apresentar documentos que atestassem, com segurança, a suposta dificuldade financeira ou de recolher o valor pertinente ao seguimento de sua peça recursal.

Diante desse cenário, admitir o apelo equivaleria a carrear ao Estado ônus que deveria ser suportado pela embargante, o que não se pode aceitar.

Ausente, pois, o requisito de admissibilidade da apelação previsto no artigo 1.007, do Código de Processo Civil vigente, sendo de rigor o reconhecimento de deserção do apelo.

(...)

Vale pontuar, outrossim, que o diferimento das custas também depende da comprovação a respeito de situação financeira que justifique o pagamento ao final.

Ora, o artigo 5º, da lei n. 11.608/2003, autoriza diferir para o final da demanda o recolhimento da taxa judiciária, “quando comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do seu recolhimento, ainda que parcial”, nas ações de alimentos e revisionais de alimentos (inciso I); nas de reparação de dano por ilícito extracontratual, quando promovidas pela própria vítima ou seus herdeiros (II); na declaratória incidental (III) e nos embargos à execução (IV).

No caso dos autos, além de não haver prova da precariedade econômica da embargante, a demanda não se compreende entre as hipóteses autorizadoras do diferimento" (fls. 248-250 e-STJ)

Desse modo, tendo o Tribunal local entendido inexistir qualquer prova de hipossuficiência econômica da agravante, chega-se a conclusão de que a verificação da procedência dos argumentos expendidos no recurso obstado exigiria por parte desta Corte o reexame de matéria fática, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.

Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DIFICULDADES FINANCEIRAS. INVIABILIDADE PARA, POR SI SÓS, ENSEJAREM O BENEFÍCIO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA 'C'. NÃO CONHECIMENTO.

1. A alegação de a empresa estar em dificuldades financeiras, por si, não tem o condão de justificar o deferimento do pedido de justiça gratuita. Precedentes do STJ.

2. A Corte local asseverou: 'No caso dos autos, não logrou a recorrente demonstrar a dificuldade financeira que aponte a impossibilidade de arcar com as custas processuais, insuficiente, por si só, a alegação de estar em recuperação judicial. Assim, não verificada situação excepcional a ensejar o benefício pretendido, ou o diferimento do recolhimento, a decisão recorrida é de ser mantida.' (fls. 210-221, e-STJ, grifei).

3. Sendo assim, rever o entendimento consignado pela Corte local requer revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. O óbice da Súmula 7 do STJ é aplicável também ao Recurso Especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição da República.

5. Recurso Especial não provido." (REsp 1.795.579/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 22/4/2019 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de recuperação judicial depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Precedentes.

2. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

3. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial' (Súmula 7 do STJ).

4. Hipótese em que o Tribunal de origem se manifestou, de maneira clara e fundamentada, acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, em especial acerca da alegação de responsabilização dos sócios fundada exclusivamente no art. 13 da Lei n. 8.620/1993, bem como quanto à: 1) quebra da ordem legal de preferência de penhora (art. 11 da Lei n. 6.830/1980); e 2) existência de garantia suficiente a tornar desnecessária a promoção de indisponibilidade de novos bens por meio da penhora online, não sendo possível alterar a conclusão do julgado sem reexame de provas, providência inviável no âmbito do recurso especial.

5. Agravo interno desprovido." (AgInt no AREsp 982.328/MT, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 20/03/2019 - grifou-se)

Ante o exposto conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

